

Santa Casa atendeu mais de 32 mil crianças em 2024

Da redação

O Pronto Atendimento Infantil do Hospital Estadual Santa Casa, administrado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), realizou 32.006 atendimentos de janeiro a setembro de 2024 e registrou um aumento de mais de 14% na demanda em relação ao mesmo período de 2023.

Os atendimentos variaram de 1.440 em janeiro a 4.629 em setembro de 2024 e abrangem pacientes não apenas de Cuiabá, onde foram registrados 28.524 atendimentos, mas também de Várzea Grande e dos municípios da Baixada Cuiabana.

Comparado aos dados de 2023, que contabilizaram cerca de 27.972 atendimentos, esse crescimento é atribuído à recente reforma e modernização da unidade, entregue pelo Governo do Estado em abril deste ano.

"Nossa equipe está comprometida em garantir um atendimento

de excelência às crianças. Com a expansão da capacidade do Hospital Estadual, estamos conseguindo atender ainda mais crianças, sempre priorizando a humanização e a eficiência em cada atendimento", afirmou o secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo.

A reforma, que recebeu um investimento de R\$ 3 milhões, transformou a antiga estrutura de mais de 200 anos do pronto atendimento em um espaço moderno e acolhedor, preparado para atender às necessidades das crianças e suas famílias.

Com a primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, como madrinha, a nova ala pediátrica ampliou a capacidade de atendimentos diários de 70 para 120. O local possui ainda uma área de 560,69 m², com a oferta de 19 leitos, sendo dois de isolamento, dois de emergência e 15 leitos de enfermaria.

Além disso, o Pronto Atendimento Infantil oferece uma gama de



Secom-MT

especializações, como clínica médica geral, cirurgia pediátrica, hemodiálise pediátrica, neurologia, pneumologia e cardiologia, entre outros serviços essenciais. A unidade é equipada com tecnologia de ponta e

conta com uma equipe multidisciplinar de pediatras, além de oferecer exames de imagem e laboratoriais.

A diretora do hospital, Patrícia Neves, ressaltou a importância da modernização, que pro-

porciona dinamismo e garantia de qualidade aos atendimentos.

"O novo espaço foi planejado para proporcionar um atendimento digno e acolhedor às crianças. Hoje, o P.A. do Hospital Estadual Santa

Casa se consolidou como um centro referência na saúde pediátrica em Mato Grosso, dedicado a oferecer um serviço de excelência para as crianças da região", concluiu.

HISTÓRICO - O Hospital Estadual Santa Casa foi reformado e modernizado em 2019, após o Governo de Mato Grosso requisitar administrativamente a unidade. O local estava fechado havia 60 dias, por falta de repasses pela Prefeitura de Cuiabá.

A unidade é referência nas áreas de clínica médica geral, cirurgia geral e pediátrica, cirurgia e clínica oncológica, cirurgia e clínica vascular, hemodiálise adulto e infantil, nefrologia adulto e pediátrica, neurologia adulto e pediátrica, neurocirurgia pediátrica, pneumologia, psiquiatria, otorrinolaringologia adulto e pediátrica, cardiologia clínica adulto e infantil, cardiologia intervencionista e hemodinâmica, além de oferecer exames de imagens e laboratoriais.

ICMS DA ENERGIA SOLAR

TJ proíbe cobrança retroativa

Renato Araújo/Agência Brasília

Da redação

A Justiça de Mato Grosso deferiu, na última terça-feira (8), uma liminar que suspende a cobrança retroativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a energia solar, que estava sendo feita pela concessionária de energia Energisa. A decisão foi proferida pelo juiz Bruno D'Oliveira Marques e beneficia todos os consumidores do estado, bloqueando a cobrança retroativa do imposto sobre a energia solar, referente ao período de setembro de 2017 a março de 2021.

A ação, movida pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e pelo deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos), visa barrar a cobrança, considerada abusiva. A medida impacta consumidores que utilizam energia solar e estavam sendo cobrados retroativamente pelo uso da rede de distribuição da Energisa.

Conforme a decisão, a empresa está proibida de continuar com essa cobrança e não poderá adotar medidas punitivas contra os consumidores, como negativação de crédito ou corte de fornecimento de energia.

De acordo com a Ação Civil Pública (ACP) movida pelo MPMT, a Energisa havia começado a cobrar os consumidores de maneira retroativa, utilizando boletos com datas de vencimento e



ameaçando penalidades em caso de não pagamento, sem fornecer informações adequadas sobre a origem ou legalidade da cobrança.

"A empresa demandada, além de não enviar os dados necessários na fatura de cobrança, impôs ao consumidor o ônus de colher maior informação, em clara violação aos direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor", destacou o juiz, na decisão.

O Ministério Público destacou ainda que a cobrança violava normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que estabelece que as concessionárias de energia só podem cobrar valores retroativos referentes aos três últimos ciclos de faturamento anteriores ao ciclo vigente. Contudo, a Energisa estava exigindo o pagamento de

valores referentes a um período de quase quatro anos, o que a Justiça considerou ilegal.

"Resolução Normativa nº 1.000/2021, assim como a Nota Técnica expedida pela Aneel evidenciam a impossibilidade de realizar a cobrança de modo administrativo referentes ao período de setembro de 2017 a março de 2021, uma vez que são relativas a período muito superior a três meses do último faturamento", destacou o magistrado.

Com a decisão judicial, a Energisa tem cinco dias para publicar nos jornais e em sua página oficial a suspensão das cobranças, informando aos consumidores que não precisam mais pagar os valores retroativos. Caso a concessionária não cumpra a determinação, será multada em

R\$ 10 mil por dia de descumprimento.

Além disso, os consumidores que já haviam parcelado os débitos ou que haviam recebido boletos não precisarão mais arcar com os pagamentos. Essa decisão é considerada uma vitória significativa para os consumidores de Mato Grosso, que vinham sendo pressionados por cobranças retroativas elevadas e sem as devidas explicações.

O deputado Diego Guimarães comemorou a decisão em um vídeo divulgado nas redes sociais, classificando a liminar como uma "vitória do consumidor" e afirmando que a justiça foi feita ao impedir que a Energisa continuasse com práticas abusivas.

A concessionária ainda tem 15 dias para apresentar sua defesa.

COMBATE AO TRÁFICO

Apreensão de drogas cresce 204%

Da redação

A Polícia Militar de Mato Grosso registrou um aumento de 204% no número de apreensão de drogas em setembro deste ano, com relação ao mesmo mês no ano anterior. Em 2024, as forças de segurança do Estado apreenderam quase 900 quilos de entorpecentes. Já em 2023, cerca 300 quilos foram retirados de circulação.

De acordo com o balanço divulgado pela Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística da PMMT (Spoe-PMMT), as equipes apreenderam 635,9 quilos de substância análogas à maconha, 75,7 quilos de cocaína, 162,5 quilos de pasta base e 23,1 quilos de skank - conhecida como a supermaconha.

Conforme o subchefe de Estado-Maior da Polícia Militar, coronel José Nildo de Oliveira, esse resultado é bastante expressivo, pois corresponde a um trabalho integrado das unidades especializadas da Polícia Militar, que está presente nos 142 municípios de Mato Grosso, com apoio da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Polícia Judiciária Civil.

"Temos, hoje, um resultado que expressa o empenho, a dedicação e os esforços

dos nossos policiais militares no combate ao tráfico ilícito de drogas e no combate às facções criminosas em Mato Grosso. Um trabalho contínuo e diuturnamente muito bem orquestrado da Polícia Militar e demais órgãos de segurança pública. No nosso Estado, não haverá mais espaço para criminalidade e vamos combater todo e qualquer tipo de atividade ilícita, seja na zona rural e urbana", enfatiza.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alexandre Corrêa Mendes, também enalteceu o resultado das apreensões no mês de setembro, destacando os importantes investimentos por parte do Governo do Estado na área da Segurança Pública, como na entrega de viaturas, armamentos e demais equipamentos de última geração.

"Os investimentos na Polícia Militar vão além de bens materiais, são de valores. Tenho orgulho de sermos uma das instituições de segurança pública referência no país pelo trabalho de policiamento ostensivo e tático e isso se deve não apenas ao preparo dos policiais militares, mas também nas condições de trazer um resultado significativo para o Estado", afirmou coronel Mendes.

EDITORIAL

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamente desde

2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria *Haemophilus* - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outrora conhecido como um exemplo na imunização infan-

til, o Brasil corre o risco de ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vaci-

nação. Desde então, caiu para R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças contra a covid-19, levando pais e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de

difteria e doença meningocócica. Essas doenças causavam internações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e retomar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, lembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Criança merece o melhor

Antonio Joaquim (*)

Uma velha história, presente em livros escolares antigos, mostra duas crianças, irmãos de 3 e 10 anos, felizes por terem ganhado de presente uma lata de leite condensado de um professor que os via sempre no recreio sem um lanche. Era apenas uma sobra de um doce feito na Sala dos Professores, mas serviu para a alegria dos meninos. Feito um furo na lata, o mais velho disse para o menor: "Primeiro a mais velha, depois a mais criança". Levou a lata na boca e, com a língua, tampou o buraco, fingindo saborear o produto. Saltitante, o menor esperou a vez, sorvida com sofreguidão. A cena se repetiu umas cinco vezes e, ao final, a menor feliz, radiante; a mais velha ainda mais feliz. O professor quis entender a situação. No que a criança de 10 anos disse: "A Gente tem que fazer tudo pelas crianças, professor!"

Essa história não deixa de mostrar a generosidade de um professor, lógico. Mas ela também nos conta que o presente era sobre de outra circunstância. Ainda assim, o professor fez o possível. Afinal, não lhe custou muito. Ele estava sempre por ali e via com frequência crianças sem alimento no recreio. A criança mais velha, no entanto, não fez o possível naquela situação, com os recursos que tinha disponíveis. Ela fez o melhor que

lhe cabia pelo seu irmão, uma criança de 3 anos, ainda que isso lhe tivesse tirado a oportunidade de alimentação.

É uma história até comum Brasil afora, com crianças tendo que cuidar de crianças menores, para que seus pais possam trabalhar e trazer um mínimo de alimento para a casa. Nem se fala de conforto, quicá de outros direitos básicos necessários para a subsistência de uma família. Mas essa história nos obriga a fazer uma reflexão entre o "fazer o possível" e "fazer o melhor que se pode fazer". Entre uma e outra situação, confesso que me causa desconforto a primeira opção. Fazer o possível beira à indiferença. E indiferença me remete a um texto do filósofo Antonio Gramsci, chamado "Odeio os Indiferentes".

Embora eu não me alinhe à corrente ideológica desse filósofo, que foi marxista - eu estou bem longe dessa visão política - não tenho receio de citá-lo por reconhecer a contundência desse conceito sobre a indiferença. "Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida", ensina o autor. Que arremata: "... a indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; é aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas,

que destrói os planos, mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se revolta contra a inteligência e a sufoca".

Faço essa digressão para destacar duas datas, o Dia das Crianças e o Dia dos Professores e dizer que como agente político, membro de uma instituição de controle externo, o Tribunal de Contas de Mato Grosso, auxiliado por inúmeros servidores dedicados, com apoio integral dos meus pares conselheiros, estamos buscando sempre fazer o melhor que se pode fazer, respeitando nossos limites constitucionais e, às vezes, indo nos últimos degraus da institucionalidade. É o exemplo do trabalho em prol da governança e participação, que o TCE-MT lidera e atua por meio do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (GAEPE-MT). Mensalmente, várias instituições se reúnem para tratar de educação, especialmente educação infantil.

No âmbito do TCE-MT, também temos a Comissão Permanente de Educação e Cultura (COPEC), que atua diariamente na busca de mecanismos que possam influir na promoção de melhorias nas políticas públicas educacionais e culturais. Pelo TCE, com o GAEPE e por meio da COPEC, não tenho receio de falar que se está fazendo a diferença na busca de recursos para construção e ampliação de creches, na melhoria da gestão

de vagas para creches, na definição de recursos orçamentários para a educação infantil, na capacitação de conselheiros municipais de educação, na Busca Ativa Escolar de alunos que abandonaram o ensino, em levantamentos e diagnósticos sobre a educação em Mato Grosso.

Voltando àquelas duas crianças, em nome do Dia das Crianças e Dia dos Professores, e se pudesse cobrar um presente, certamente não seria uma lata de leite condensado. Pediria um não à indiferença, um não à naturalização da situação vexatória em que vivemos, com mais de 12 mil crianças sem creches em um estado tão rico como Mato Grosso. Ah, e que os recursos aprovados pela Assembleia Legislativa para a construção e ampliação de creches saltassem do papel e da boa intenção, para a realização efetiva de obras. Devemos nos lembrar daquela criança de 10 anos do primeiro parágrafo, para nos chamar a atenção todos os dias de que criança merece o melhor, não o possível."

*ANTÔNIO JOAQUIM é conselheiro, ouvidor-geral e presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT).



Saúde mental dos empregados

Carlos Assis (*)

O tempo passa e as prioridades mudam. É isso o que vemos em relação à preocupação das empresas com a saúde mental dos empregados. Depois da pandemia de Covid-19, notou-se um grande movimento das organizações em investir e dar atenção ao bem-estar dos colaboradores.

O tema se tornou uma prioridade na pauta da agenda ESG, sigla em inglês que significa práticas ambientais, de responsabilidade social e de governança das empresas. A pandemia foi um ponto de inflexão, onde as organizações passaram, de fato, a investir e a declarar o que fazem em relação à saúde mental.

Mas o tempo passou e as prioridades parecem ter mudado. O Anuário Saúde Mental nas Empresas 2024 mostra redução no índice de promoção de bem-estar pelas grandes empresas brasileiras em relação ao ano anterior, passando de 5,40 pontos em 2023 para 5,05 neste ano. Para chegar a essas conclusões, analisamos os relatos integrados, documentos elaborados pelas próprias organizações para prestar contas à

sociedade e, conseqüentemente, gerar mais valor ao negócio.

Entre os oito setores analisados, o Financeiro aparece positivamente na liderança com um índice de 11,34. A preocupação não é à toa: é esse ramo da economia que apresenta o maior número de afastamento de empregados por distúrbios mentais. Na ponta oposta do ranking do Anuário, aparece negativamente o setor Agropecuário, com índice de 1,91. Esse número acende um alerta, pois as doenças mentais, comportamentais e nervosas foram a segunda maior causa de afastamentos não acidentários no Agro entre 2020-2022, de acordo com o Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho.

O propósito do Anuário é iluminar o que tem sido feito de melhor para inspirar e influenciar as demais organizações na adoção de uma estratégia verdadeira e efetiva para a saúde mental dos colaboradores.

A metodologia cobre integralmente os pontos elencados na legislação recente que criou o Certificado de Empresa Promotora da Saúde Mental. Em março, a Lei nº 14.831 foi sancionada, mas muitas questões ainda precisam ser respondidas e não há prazo

para que o Congresso aprove a regulamentação.

Certificar uma empresa que adote um conjunto de boas práticas é muito bem-vindo, mas isso, por si só, não resolve. Saúde mental não deve ser um tema sazonal e não vamos resolver esse desafio de forma isolada.

Algumas perguntas ainda estão em aberto: quem vai certificar essas empresas? Como será constituída a comissão certificadora a ser instituída pelo governo federal? E como vai certificar? Qual será o risco de o governo certificar organizações que dizem que estão fazendo, mas que, na prática, não estão realizando nada?

Dentro da agenda ESG o termo greenwashing ilustra quando uma organização implementa estratégias e propagandas enganosas sobre suas práticas ambientais.

O mundo cobra, cada vez mais, que as empresas observem princípios sociais e de governança, e a sensibilização das lideranças corporativas é determinante para alavancar esta pauta.

Precisamos cuidar do ambiente no qual o indivíduo está inserido, trabalhando o sentido existencial em uma atmosfera de acolhimen-

to, escuta e segurança psicológica. No contexto empresarial, este é um papel a ser exercido por e para as lideranças corporativas pois, ao mesmo tempo que são agentes de promoção da saúde mental, são também indivíduos que precisam de cuidados.

Se isso não for adotado de forma séria, corremos o risco de ter uma espécie de mentalwashing: a declaração de ações muito bonitas no papel, inclusive seguindo a lei, mas que, no dia-a-dia, não são efetivas e não estão enraizadas na cultura e cotidiano da organização.

*CARLOS ASSIS, editor do Anuário Saúde Mental nas Empresas. Psicólogo clínico e executivo com mais de 35 anos de experiência internacional. Foi responsável por projetos internacionais de gestão de mudanças organizacionais em equipes multidisciplinares como, por exemplo, na Ernst & Young, organização da qual é sócio aposentado. É fundador do Instituto Philos Org e diretor da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio (ABEPS).



O impacto do cooperativismo

Tainá Heinzmann (*)

É inegável o impacto positivo que o cooperativismo tem na economia atual. Senão vejamos: se todas as cooperativas do planeta fossem um país, elas representariam a 8ª maior economia do mundo. E no Brasil o cenário não é muito diferente. Se elas fossem um estado, seria o quarto maior em termos econômicos, ficando atrás apenas dos gigantes São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Ao estratificar um pouco mais e analisar esse impacto em Mato Grosso vemos que a história se repete, com as cooperativas representando um papel de destaque na pujança econômica demonstrada pelo es-

tado nos últimos anos. E o melhor é que os benefícios vão muito além dos números, pois o que é produzido pelo cooperativismo representa uma melhora verdadeira na vida das pessoas.

Os números, portanto, servem para que consigamos ter uma dimensão dos benefícios que as cooperativas trazem para as comunidades em que estão inseridas. No caso de Mato Grosso, de acordo com dados do Anuário do Cooperativismo Mato-grossense 2024, um produto do Observatório do Cooperativismo de Mato Grosso, a abrangência impressiona. Ele mostra que elas estavam presentes em 134 dos 141 municípios analisados em 2023, o que representa mais de 95%.

Ao final do ano passado somavam-se 182 cooperativas registradas no Sistema OCB/MT, representando um incremento de 20% em relação ao ano anterior em todos os sete ramos. Levando-se em conta cooperativas e filiais, Mato Grosso contava com 756 pontos de atendimento aos cooperados, o que representa uma média de cinco unidades por município. A quantidade de associados também cresceu expressivamente, ultrapassando a marca de 1 milhão em 2022 e alcançando 1,45 milhão em 2023, um aumento de 23,92%, ou 39,29% da população mato-grossense.

O número de colaboradores acompanhou o crescimento com um acréscimo de 7,76% (+988 empregos) em 2023 em comparação com o ano anterior, registrando o maior nível de empregos no cooperativismo mato-grossense: 13.694 postos de trabalho.

Esses resultados se tornam ainda mais interessantes se levarmos em conta que a maior parte das cooperativas é formada por pequenos produtores, pequenos empresários que não conseguiriam se manter em atividade se não fosse por meio da cooperação. O anuário mostra que 75% das cooperativas eram constituídas por até 50 cooperados em 2023.

Além disso, trata-se de um sistema que se retroalimenta por meio da intercooperação, com 73% das cooperativas realizando negócios com outras cooperativas. E tem solidez, com 20% delas apresentando mais de 30 anos de vida. Mas que não deixa também de se renovar, pois 15% têm menos de 5 anos, ou seja, o sistema segue em franca manutenção.

Voltando um pouquinho à questão da pujança econômica, orgulha-nos ver que esse grande esforço tem dado os melhores resultados, com 47% de toda a produção de grãos do estado são oriundos das cooperativas e 55% da produção de algodão. E boa parte dos recursos obtidos circulam dentro do próprio

sistema, sendo que cerca de 40% da população mato-grossense está envolvida atualmente com as cooperativas de crédito (1,41 milhão de pessoas).

Todo esse volume de cooperativas, cooperados e colaboradores teve um grande impacto na economia de Mato Grosso. Os dados consolidados de 2023 mostram que chegamos a mais de R\$ 40 bilhões em faturamento bruto - o que chamamos de ingressos/receitas totais. Destes, R\$ 1,4 bilhão são as sobras, que dentro do cooperativismo seria o mesmo que o lucro nas empresas.

Estes recursos retornam para os cooperados no final do exercício e, por consequência, para a sociedade. Se esse ritmo de crescimento continuar, é completamente factível que atinjamos a meta dos R\$ 100 bilhões de prosperidade projetados para o ano de 2027. Ou seja, R\$ 100 bilhões em faturamento bruto das cooperativas.

Cada real produzido pelo cooperativismo representa uma melhora verdadeira na vida das pessoas e também na economia. Estudos realizados pelo Sistema OCB nacional e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostram que para cada R\$ 1,00 investido no cooperativismo há um incremento de R\$ 1,65 em termos de produção na economia brasileira. Além disso, cada R\$ 1,00 movimentado pelas cooperativas gera um acréscimo de R\$ 0,06 em impostos arrecadados.

O cooperativismo é, portanto, um motor potente da economia mato-grossense e brasileira, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

**TAINÁ HEINZMANN é gerente-geral da OCB/MT



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

ELEIÇÃO DO JUDICIÁRIO

Desembargador estará à frente do TJMT durante o biênio de 2025/2026 e terá Nilza Maria Pôssas de Carvalho como vice-presidente

Zuquim é eleito presidente do TJ

Da redação

José Zuquim foi eleito presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) com 18 votos. A eleição foi realizada na tarde desta quinta-feira, 10 de outubro. Zuquim estava disputando a vaga com Gilberto Giraldeili, que recebeu 17 votos. Ele estará à frente do TJMT durante o biênio de 2025/2026. A sessão foi comandada pela presidente Clarice Claudino. Veja currículo do presidente eleito ao final da matéria.

A desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho foi eleita a nova vice-presidente, com 35 votos. A magistrada era a única disputando a vaga, pois a desembargadora Serly Marcondes desistiu da disputa para se candidatar à vaga de presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT). Serly já atua no TRE-MT como vice-presidente e corregedora.

Já para a vaga de corregedor-geral, o desembargador José Luiz Leite Lindote conquistou a maioria dos votos dos co-



José Zuquim estava disputando a vaga com Gilberto Giraldeili, e venceu por 18 votos contra 17

legas e ocupará o cargo. Para a vaga outros três desembargadores estavam concorrendo, mas Lindote foi o favorito entre os desembargadores.

Durante a sessão foi discutida a tentativa do desembargador Rui Ramos se reeleger à vaga na Corregedoria-Geral, entretanto posto em

votação, a candidatura dele foi impugnada pela maioria dos desembargadores. A impugnação foi apresentada pelo desembargador Mário Roberto Kono.

CURRÍCULOS - José Zuquim Nogueira - Nascido em Guaíra (SP), tem 71 anos, formou-se em Direito pela FIUBE -

Faculdades Integradas de Uberaba (MG), atual Universidade de Uberaba, possui especialização em Direito Processual Civil e Direito Ambiental. Ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de Porto dos Gaúchos em 20 de dezembro de 1985, jurisdicionan-

do a Comarca de Juara cumulativamente, desde a instalação até 9 de dezembro de 1986.

Passou pelas Comarcas de Sinop, Cáceres, Barra do Garças e Cuiabá, onde atuou na 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública, Juizado Especial do Bairro Santa Helena, e Vara Especializada do Meio Ambiente e Juizado Volante Ambiental, onde permaneceu por 17 anos. O trabalho desenvolvido no Juizado Volante Ambiental foi reconhecido nacionalmente, quando da premiação pelo 1º Projeto INOVARE.

Tomou posse como desembargador em 5 de outubro de 2012. Foi presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, presidente do Comitê de Saúde e corregedor-geral da Justiça na gestão 2021 a 2022.

Nilza Maria Pôssas de Carvalho - Cuiabana, tem 68 anos, se graduou em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1978 e possui pós-graduação em Direito Constitucional. Ingressou

na magistratura matogrossense em 1989, iniciando a carreira na Comarca de Rosário Oeste. Jurisdicionou nas Comarcas de Mirassol d'Oeste, Cáceres, Várzea Grande e, por último, Cuiabá, onde atuou em varas criminais.

A ascensão ao cargo de desembargadora se deu no dia 19 de fevereiro de 2014. Em sua trajetória, foi juíza eleitoral, juíza coordenadora da Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA), juíza membro substituta do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso no biênio 2021/2023.

Desde 2018 preside a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJMT. Atualmente é membro da Primeira Câmara de Direito Privado, Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado, da Seção de Direito Público e Coletivo e também da Seção de Direito Privado, e Tribunal Pleno.

JOGO POLÍTICO

Júlio aceita derrota e não vê influência em 2026

Da redação

Após derrota do candidato a prefeito de Várzea Grande Kalil Baracat (MDB), o deputado estadual Júlio Campos (União) afirmou que o resultado não irá influenciar na eleição de 2026. A família Campos foi uma das principais apoiadoras do candidato no município, porém o resultado não foi bom para o grupo. O deputado apontou na quinta-feira, 10, que até 2026 o quadro é outro.

“Não tem nada a ver uma eleição com a outra. Eleição municipal não tem nada a ver com a estadual. Daqui a dois anos

é outro quadro político, como dizem: ‘ninguém nem sabe quem vai tá vivo’. Quem hoje quer ser candidato daqui a dois anos não vai querer. O candidato a governador, a senador, deputado estadual, daqui a dois anos, pode ser um quadro novo, pode surgir lideranças novas”, afirmou.

A família Campos sofreu duas derrotas nas eleições municipais deste ano. Em VG, eles estavam apoiando a reeleição do prefeito Kalil Baracat e em Cuiabá, tinham como candidato o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União).

Ao ser questionado sobre o futuro dele e do irmão, senador Jayme Campos (União), Júlio afirmou que eles podem se candidatar a qualquer cargo, seja pela reeleição ou por outra função eletiva, inclusive o Governo do Estado, cargo que os dois já ocuparam. Porém, o deputado pontuou que os irmãos ainda vão avaliar se continuam na política ou não.

“Eu acho que a eleição de 2026 vai ser discutida a partir do final de 2025. Não sabemos nem se o próprio governador Mauro vai sair do Governo para ser senador, como andam anunciando. Ele nunca falou isso”, disse.

RONDONÓPOLIS

‘Autonomia do povo garantiu minha vitória’, diz Cláudio

Da redação

Eleito para comandar Rondonópolis (217 km de Cuiabá) pelos próximos quatro anos, o deputado estadual Cláudio Ferreira (PL) relacionou sua vitória à política de emancipação econômica do povo, defendida por ele durante seus dois anos de mandato na Assembleia Legislativa. Ele conversou com a imprensa nesta manhã de quarta-feira, 9 de outubro.

“A gente apresentou nesses 1 ano e meio de mandato o que a direita quer: que as pessoas conquistem sua autonomia, que o homem se emancipe, não precisa

ficar na dependência do Estado [...].apresentamos a CNH social, coloquei R\$ 6 milhões das nossas emendas, usei todo o nosso capital político, para devolver aos trabalhadores o que lhe é tirado por meio dos impostos”, avaliou.

Segundo ele, essa e outras políticas defendidas na ALMT fez com que a população de Rondonópolis o avaliasse como o melhor nome para ser o novo prefeito.

O político também pontuou que suas bandeiras são aquelas reprodutivas em diversas partes do mundo e que dão resultado, ressaltando as liberdades eco-

nômica, religiosa e de expressão.

Cláudio Ferreira foi eleito prefeito no último domingo (6) contrariando todas as pesquisas de intenção de voto, que apontava para uma vitória esmagadora para o também deputado estadual Thiago Silva (MDB). Este, por sua vez, ficou em segundo lugar, com 33,14% dos votos válidos.

Esta é a segunda vez que Cláudio disputa o cargo. Sua primeira candidatura a prefeito foi em 2020, pelo Democracia Cristão, na qual ficou em terceiro lugar, com 17,21% dos votos válidos.

XADREZ ELEITORAL

Eleição municipal muda cenário de 2026, diz Max

Da redação

Presidente do PSB em Mato Grosso, o deputado estadual Max Russi avalia que o resultado das eleições de 2024 mexeu com o ‘tabuleiro’ que era armado para as eleições de 2026, quando estarão em disputa duas vagas para o Senado Federal e o Governo de Mato Grosso. Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 9 de outubro, Russi comentou, sem citar nomes, que algumas lideranças políticas que tinham projetos de disputar as majoritárias saíram enfraquecidas do pleito.

“Eu acho que muda vários projetos aí. Não conversei com ninguém aí, mas teve alguns atores políticos, não quero falar nomes, que saíram enfraquecidos, que queriam disputar Governo ou Senado. Eu, particularmente, se ti-

vesse nessa posição, eu repensaria. Agora, cada eleição é uma eleição, cada disputa é uma disputa... dois anos ainda tá longe”, comentou Max, ao avaliar o resultado do pleito.

A eleição municipal é considerada um dos principais preparativos para as eleições gerais, já que o apoio de prefeitos e vereadores é fundamental para a eleição de deputados, senadores e até governador. Com muitas cidades para visitar e pouco tempo de campanha, são as lideranças políticas locais que pedem votos e articulam os grupos para aqueles que buscam se eleger aos cargos majoritários.

Russi destacou essa dinâmica, comentando a importância de ter apoio político em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e outros grandes colégios eleitorais do estado.

“Com certeza, você ter apoio na capital do estado, em Várzea Grande, em Rondonópolis, em Cáceres, Sinop, cidades-polo, é muito importante para qualquer projeto majoritário, tanto para Governo quanto para o Senado”, pontuou.

Entre as lideranças políticas que saíram derrotadas na eleição municipal está a família Campos, que apostava forte na reeleição do prefeito Kalil Baracat (MDB) em Várzea Grande, mas amargou uma derrota para a estreade Flávia Moretti (PL), eleita com 50,31% dos votos. O senador Jayme Campos (União) já expressou várias vezes que quer disputar o Governo do Estado em 2026, em vez de buscar a reeleição ao Senado.

Outro sinal de alerta foi dado em Cuiabá, onde o presidente da



Max avalia que muitos políticos saíram enfraquecidos das eleições municipais e devem rever planos para 2026

Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), era apontado como favorito pelas pesquisas de intenção de votos, mas não conseguiu avançar para o segundo turno. Botelho contava com o apoio

dos Campos e de ampla maioria dos deputados estaduais, além do governador Mauro Mendes (União).

Russi, por outro lado, se projetou como uma potência política para 2026. Seu partido con-

quistou o maior número de votos para o Legislativo de Cuiabá, e ele elegeu a esposa e o irmão prefeitos, em Jaciara e Juscimeira, respectivamente, totalizando 15 prefeituras sob a gestão do PSB.

SETOR INDUSTRIAL

Estado apresenta terceiro melhor desempenho industrial do país em agosto; apenas 5 estados tiveram aumento na produção no período

MT é um dos poucos que crescem

Gabriel Soares

Mato Grosso foi um dos poucos estados brasileiros que registrou aumento na produção industrial em agosto deste ano, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Com crescimento de 0,8% em relação ao mês anterior, o estado ficou acima da média nacional, que foi de 0,1%.

Além de Mato Grosso, só os estados do Ceará (2,7%), Bahia (0,8%), Rio de Janeiro (0,2%) e Minas Gerais (1,8%) também apresentaram alta.

O desempenho da indústria mato-grossense tem se mostrado positivo ao longo do ano. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor cresceu 4,2%, bem acima da média nacional de 2,4%. De janeiro a agosto de 2024, o crescimento foi de 2,8%.

Segundo dados do Centro de Dados Econômicos de Mato Grosso (DataHub MT), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), os principais segmentos



Daniel B. Meneses/Secom-MT

MT apresentou aumento de 0,8% na produção industrial em agosto, acima da média nacional de 0,1%

que contribuíram para esse avanço foram a fabricação de produtos alimentícios, que subiu 7,3%, seguida pela fabricação de bebidas (4,8%), produtos de minerais não metálicos (4,5%), indústria de transformação (4,2%) e fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (0,4%).

Um dos fatores que explicam os bons resul-

tados da produção industrial em Mato Grosso é o baixo índice de desemprego, aliado ao aumento do poder de compra das famílias, impulsionado pelo crescimento do rendimento médio salarial.

César Miranda, secretário de Desenvolvimento Econômico, ressaltou que a indústria tem desempenhado um papel fundamental na

geração de empregos formais no estado.

"Até agosto, foram gerados 51.414 novos empregos com carteira assinada, sendo 9.479 deles no setor industrial", afirmou.

Miranda também destacou a importância dos investimentos e das políticas públicas do governo estadual para o bom desempenho da indústria.

"O governador Mauro Mendes criou um ambiente de negócios seguro, que atrai novas empresas e incentiva a ampliação das plantas industriais já existentes, gerando mais empregos e renda para a população", apontou o secretário.

CENÁRIO NACIONAL - A nível nacional, a indústria brasileira também apresentou um leve

crescimento de 0,1% entre julho e agosto de 2024, puxado principalmente pela indústria extrativa, que inclui petróleo e mineração. Esse crescimento marca uma recuperação após a queda de 1,4% registrada em julho. No acumulado do ano, o setor registra uma expansão de 3%.

No entanto, o segmento de indústria de transformação, que lida com a conversão de matérias-primas em produtos finais ou intermediários, vem apresentando sinais de alerta. O gerente da pesquisa, André Macedo, apontou que essa área registrou uma queda de 0,3% em agosto, marcando o segundo mês consecutivo de recuo, com um total de -1,7% nos últimos dois meses. "Esses são sinais importantes de desaceleração que merecem atenção", observou Macedo.

Apesar dos desafios, a produção industrial brasileira está 1,5% acima dos níveis pré-pandemia, embora ainda se mantenha 15,4% abaixo do pico histórico alcançado em maio de 2011.

* Com assessoria

VIVENDO NO CRÉDITO

Endividamento recua em Cuiabá

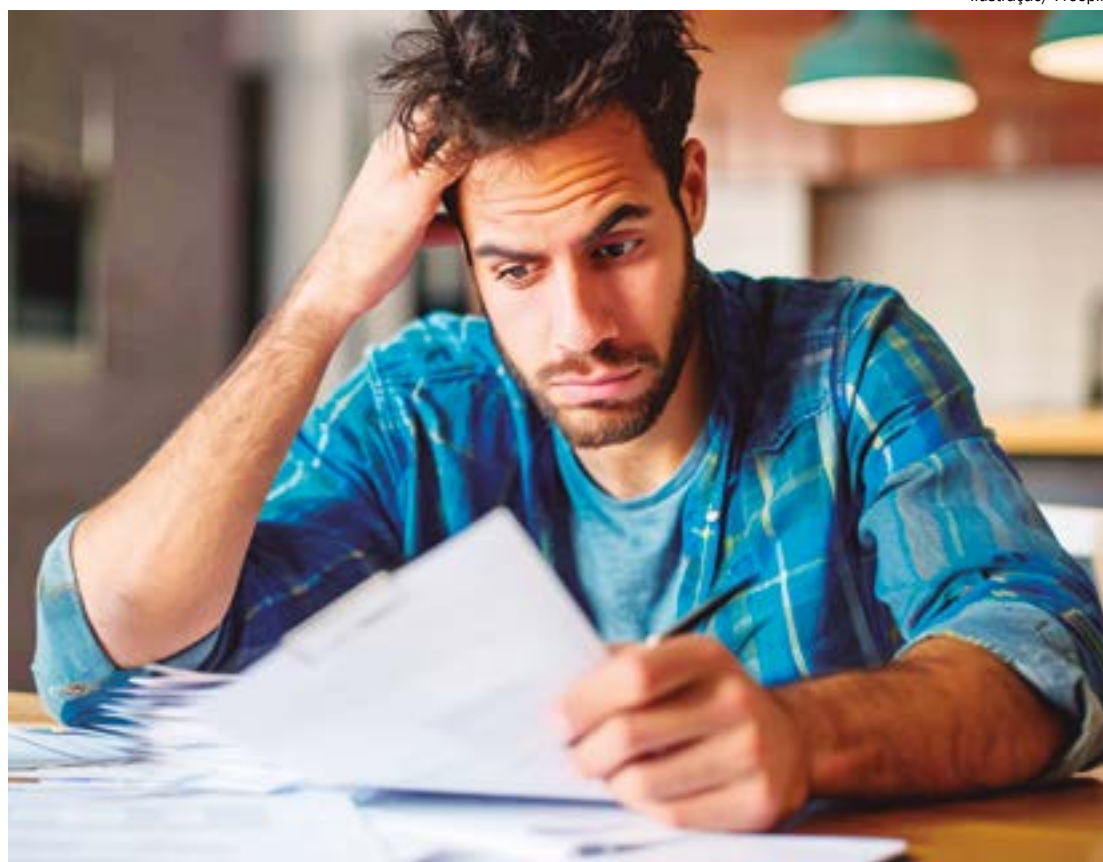
Gabriel Soares

Cuiabá atingiu um total de 178,7 mil famílias endividadas em setembro, acumulando 'dores de cabeça' com cheques, cartões de crédito, boletos, empréstimos e financiamentos, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), analisados pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT). O levantamento revela que 86,3% das famílias da capital mato-grossense estão com algum tipo de dívida. Apesar de elevado, esse número teve uma redução de 0,5 ponto percentual em comparação ao mês anterior.

A pesquisa também apontou uma tendência positiva no comportamento das famílias cuiabanas, com uma redução significativa no número de inadimplentes. A quantidade de famílias com contas em atraso caiu pelo terceiro mês consecutivo, passando de 48,8 mil em junho para 37,5 mil em setembro, uma queda de 23,2% no período. Essa retração foi considerada positiva pelos analistas, já que sinaliza uma melhora no cenário financeiro de parte dos consumidores.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, comentou sobre a importância de acompanhar os dados de endividamento para ajustar as estratégias comerciais.

"O acompanhamento da pesquisa de endividamento e de inadimplência é importante para que os empresários con-



Ilustração/ Freepik

Quantidade de famílias com contas em atraso caiu pelo terceiro mês consecutivo em Cuiabá

sigam compreender as tendências de gastos das famílias e, por consequência, traçar estratégias que ajudem a aquecer seus negócios", afirmou.

TIPOS DE ENDIVIDAMENTO - O cartão de crédito continua sendo o principal responsável pelo endividamento das famílias em Cuiabá, representando 78,3% dos casos. Na sequência, aparecem os cartões de compras, com 27%, financiamentos de carro (5%) e casa (4,1%). Outras formas de crédito, como o consignado e o crédito pessoal, também foram citadas, com 3,6% e 3,5%, respectivamente, além do cheque especial, que respondeu por 1,2% das dívidas.

Entre as famílias endividadas, a pesquisa revelou que 45,7% consideram-se "pouco endividadas", enquanto 31% afirmam estar "mais ou menos en-

dividadas", e 9,6% se encontram em uma situação de "muito endividadas".

Já entre as famílias cuiabanas com dívidas em atraso, 41,4% acreditam que poderão quitar parte das pendências no próximo mês, enquanto 21,9% esperam quitar todas as dívidas. A maior parte dessas famílias (30,3%) está comprometida com dívidas entre três e seis meses, e 78,4% delas estão com um montante de 11% a 50% da renda mensal comprometida com o pagamento dessas dívidas.

Esse cenário, segundo o Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT, pode indicar um aumento do consumo a prazo nos próximos meses, especialmente com a chegada do fim de ano, impulsionando as vendas no comércio local.

CENÁRIO NACIONAL

- A queda no número de inadimplentes em Cuiabá contrasta com o cenário nacional, onde, apesar da redução do endividamento, o número de inadimplentes aumentou. A pesquisa nacional da CNC registrou um índice de 77,2% de famílias endividadas no Brasil, com o percentual de comprometimento de renda ainda elevado. Apesar de alto, o índice teve queda em relação aos 78% registrados em agosto.

"Apesar de o cenário de Cuiabá se assemelhar ao nacional, trazendo uma redução no número de endividados, a capital mato-grossense se destaca pela redução no número de inadimplentes, indo contrário ao cenário nacional, que mesmo com a redução do número de endividados, teve um aumento de inadimplentes", destacou Wenceslau.

PORTÃO DO INFERNO

Trecho será fechado quando chover

Da redação

A Secretaria de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra-MT) retoma o protocolo de segurança para o trânsito no trecho do Portão do Inferno, na MT-251, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

A medida foi adotada considerando o início do período chuvoso em Mato Grosso e o risco de deslizamentos de terra e vegetação sobre a pista.

Em caso de chuvas intensas na região, o trânsito poderá ser interrompido total ou parcialmente, neste caso funcionando no regime de pare e siga.

Havendo deslizamento de terra, a pista apenas será liberada para tráfego de veículos após vistoria de técnicos da Secretaria.

A Sinfra ressalta que letreiros luminosos foram instalados ao longo da rodovia para informar o status do trânsito no trecho do Portão do Inferno.

ROTAS ALTERNATIVAS - Quem precisar ir à Chapada dos Guimarães no período de interdição da pista poderá usar

duas rotas alternativas: A primeira é por meio de Campo Verde, passando pela BR-163/364/070 e depois de Campo Verde até Chapada dos Guimarães pela MT-251.

A outra rota é pelo Distrito de Água Fria, seguindo pela MT-251 até a rotatória com a MT-351, que dá acesso ao Lago de Manso. É preciso seguir por 4,9 km até a MT-246, que dá acesso ao Distrito. Depois, seguir pela MT-020 até Chapada dos Guimarães.

OBRAS EMERGENCIAIS - Nesse momento, a Sinfra executa serviços de controle ambiental e limpeza do terreno para as obras de retaludamento do paredão do Portão do Inferno.

O retaludamento consiste na retirada do maciço rochoso da curva do Portão do Inferno e na criação de taludes - uma série de cortes que funcionam como degraus, para impedir os deslizamentos de terra e dar mais estabilidade ao terreno. Durante toda a obra, serão executados programas ambientais de acordo com as licenças emitidas pelos órgãos federais.

É assim que temos uma diversão ensolarada com muuuuita **PROTEÇÃO!**

☆ Com a ☆ **Panda Pool**

Usecode Shopping Estação Cuiabá MT